

6 Conclusão

Tornai-vos duros!
Assim falou Zaratustra²⁴⁷

A pesquisa acerca dos aspectos e elementos políticos do pensamento de Nietzsche desemboca necessariamente nesta desesperada e intrincada “Grande Política”. Ela representa o corolário das pesquisas que Nietzsche desenvolve a partir de *Verdade e mentira no sentido extra-moral* (1873), acerca da gênese e desenvolvimento dos valores morais, tomando como centro o problema da cultura e do valor da vida. Obscurecida pelas vicissitudes editoriais urdidas pela irmã de Nietzsche, Elizabeth Förster-Nietzsche, que relegaram-na a uma expressão aparentemente patológica de seu pensamento, a “Grande Política” hoje pode ser adequadamente elencada entre os conceitos fundamentais do pensamento de Nietzsche. Impregnada pelos problemas relativos à crítica dos valores morais, a expressão concentra, não somente os componentes teóricos que dão forma a essa crítica, mas uma urgência de desmistificação, sentido e, sobretudo, ação. Uma tal tarefa, posta como declaração de guerra, nos faz perguntar: precisamos de fato de uma “Grande Política”? Isto é, uma prática política que, através da educação e do cultivo das forças afirmativas, incentive os indivíduos a desarticular a base dos valores cristãos e modernos, uma política da criação de valores? Na medida em que Nietzsche expressa uma urgência prática, não deveríamos nos perguntar se estamos prontos para ela, se a desejamos? Ou a “Grande Política” representa apenas uma fórmula patológica, criada por um indivíduo tomado pela euforia, tal como muitos autores consideram?

Observando o mundo contemporâneo por uma ótica nietzscheana, isto é, segundo uma crítica dos valores, se chega à conclusão de que os valores superiores compõem a mola mestra das relações internacionais. Isto porque há uma crença generalizada e silenciosa na Diplomacia, como forma de se obter canais de diálogo entre as nações. Entretanto, qualquer indivíduo inclinado a refletir a fundo esta questão, longe de mudar de opinião, ao menos reconheceria que enquanto os diplomatas permanecerem na condição de agentes de interesses nacionais, estarão submetidos a um processo lento e degradante de auto-

²⁴⁷ Za/ZA, III, 12.

conservação. Para Nietzsche, a Diplomacia pode ser considerada como um “valor superior” e reativo, justamente porque sua ação está ligada à manutenção dos valores gregários, amenizando os conflitos em favor de maior sociabilidade, e possivelmente interditando a abertura para a mudança sob um ponto de vista cultural, e não civilizacional. Não se trata aqui, portanto, de cunhar uma imagem que amenize o teor radical, que confira ares mais razoáveis para o pensamento nietzschiano, pois a “Grande Política” não é, definitivamente, uma política de conservação dos valores da Pátria e do Estado, mas, sobretudo, uma política transnacional e, até certo ponto, aventureira. Mas quem acederia a um poder político que pregasse o fim das instituições, das leis, da educação, dos tribunais, dos impostos, dos sindicatos, dos exércitos, supermercados e shoppings? Quem de fato está pronto para a “Grande Política”, considerando seu pressuposto básico, isto é, o desenvolvimento contínuo da vontade de poder, sempre em vistas do aprimoramento da cultura enquanto “unidade de estilo”? O delírio da “Grande Política” atinge um tal grau de insensatez porque reflete a “guerra desesperada” que Nietzsche deseja travar contra todos os elementos deste processo de apequenamento do homem contemporâneo. Sua guerra é uma guerra pela cultura, pela formação de uma outra possibilidade de desenvolvimento humano, diferente do que grassou na modernidade. É, portanto, uma guerra desesperada contra o Estado e sua condição tutelar.

Ao contrário da política em Rousseau – que Nietzsche considerava “um sintoma do desprezo a si mesmo”, justamente por buscar as causas de sua miséria nas classes reinantes²⁴⁸ —, a “Grande Política” não parte da necessidade de mediações entre o Estado e o indivíduo. Embora a abolição total do Estado seja uma quimera, pois sua constituição é amparada, em graus diferentes, pela própria legitimação individual e coletiva, não devemos compreender a “Grande Política” atenuando um certo desprezo pela Diplomacia, pela Soberania e por outros conceitos caros ao desenvolvimento da modernidade política. É justamente diante da “dura verdade” que Nietzsche concebe sua análise do Estado. Assim, expressando a dura contradição entre a constituição do corpo social e a constituição do poder, Nietzsche produz um contra-discurso em oposição o papel do estado, mas, sobretudo, contra essa legitimação indiscriminada por parte da

²⁴⁸ O.P.C. (XIII), p. 83. KSA, 9 [146].

imensa maioria dos indivíduos. O tom desesperado da última forma da “Grande Política” advém desta terrível constatação. Lembremos Zaratustra: “Onde cessa o estado, somente ali começa o homem que não é supérfluo.”²⁴⁹

Se há, na história da filosofia, algum pensamento político semelhante, este é o de Espinosa, que, como Nietzsche, buscou dar uma dimensão estritamente materialista e prática à democracia. Espinosa fornece subsídios para os pesquisadores que buscam desarticular e desmistificar a mistura de “transcendentalismo normativo hobbesiano, de vontade geral rousseauiana e *Aufhebung* hegeliana”, que tem por função “separar produção e constituição, sociedade e estado.”²⁵⁰ Sobretudo porque a democracia é um princípio, seu compartilhamento só poderia se dar de forma total, e não como “princípio estéril”, como nota Tocqueville. Todos os indivíduos de fato, deveriam compartilhar os valores democráticos como *princípio ativo*, definindo os caminhos a serem tomados a partir de sua própria condição. O Estado, entretanto, não estimula uma tomada de consciência com essas proporções; ao contrário, incentiva a dependência, *carece* da dependência dos indivíduos. A “Grande Política” em Nietzsche propõe que a Transmutação de Todos os Valores seja, sobretudo, uma “mudança de criadores.”²⁵¹ Entretanto, a formação do estado moderno revelou sua contrapartida na reprodução de uma educação para a escravidão: a forma como se configura a organização do estado hoje estimula a crise dos valores, que, em última instância é a crise da autonomia: “Não desprezemos isto: nós mesmos, nós espíritos livres, somos um ‘transmutação de todos os valores’, uma formal declaração de guerra e de vitória a todas as velhas concepções do ‘verdadeiro’ e do ‘falso’.”²⁵²

Se compreendo a “Grande Política” a partir de uma perspectiva republicana, se a comparo com o aporte crítico da modernidade política, isto é, sem compreendê-la em seu devido contexto, certamente incorreria no equívoco de comparar as formas da política nietzschiana ao legado platônico do Rei-filósofo. Mas deve-se afastar esta perspectiva, pois, como observa Oswaldo Giacóia:

Inverter o platonismo não significa, no fundo, retornar à sofística ou ao realismo cru de Tucídides; significa, antes, levá-lo além e acima de si mesmo, superá-lo e transfigurá-lo numa espécie de grandeza,

²⁴⁹ Za/ZA, I, 11.

²⁵⁰ NEGRI, Antonio. *A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza*, p. 24.

²⁵¹ Za/ZA, I, 15.

²⁵² AC/AC, 13.

profundidade e elevação cuja virtude não consiste na violência ou na crueldade da dominação física ou política, mas naquilo que se poderia denominar domínio de si, tornar-se senhor de seus próprios demônios.²⁵³

Para Nietzsche, entretanto, a reforma e a manutenção não bastam. Não bastam o trabalho, a moradia, a educação, as leis justas, a polícia eficaz, se os modos de vida estão comprometidos por valores superiores, que, como vimos, interdita a autonomia. Em suma, não se pode alterar os estados de coisas sem pressupor a mudança dos valores e, portanto, dos criadores de valores. Não se pode, em suma, crer que essa “Grande Política”, de alguma forma, dependa da Autoridade; antes, ela carece de uma tomada de posição, de uma mudança efetiva, tão inatingível, quanto necessária, que adquira sua legitimidade a partir do grau de necessidade com que se manifesta. Talvez uma possibilidade inatingível, pois não se pode supor que todos os indivíduos se orientarão para esse fim; necessária porque, de outra forma, o Rei-filósofo permanecerá, substituído porém pela razão técnica e pelo capitalismo financeiro e espetacular. A “grandeza histórica”, a mera possibilidade de que a grandeza individual emerja e se afirme, perdura, em Nietzsche, atrelada à capacidade de transformação individual.

Por outro lado, observemos o seguinte: o Filósofo elabora os elementos da “Grande Política” a partir de uma perspectiva ambivalente: de um lado, o cultivo de si, que gera a perspectiva ativa; de outro, um olhar sobre a relação entre Cultura e Civilização, que é, simultaneamente, um olhar sobre a constituição do corpo social. Se a “Grande Política” é uma ação que não depende do Filósofo para repercutir sobre os valores, como então salvaguardar a crítica de um relativismo estéril, se posso viver a partir de sentimentos que eu suponho como ativos, mas sem me perguntar até que ponto eles geram mudanças no curso dos acontecimentos? Desse ponto de vista, Nietzsche pode parecer um perigoso aliado em direção a uma espécie de hedonismo contemporâneo, uma boa razão para viver a vida burguesa das funções e prazeres imediatos. A “Grande Política”, tal como a entendemos aqui, é a expressão contrária dessa hipótese, pois permite vislumbrar os sentimentos ativos como uma *ação*, e não somente como uma perspectiva sobre a qual atuam forças exclusivamente intelectuais. Afinal, ela tem por horizonte o problema do valor total da vida.

²⁵³ GIACÓIA, Oswaldo. “O Platão de Nietzsche. O Nietzsche de Platão.” São Paulo. In: Cadernos Nietzsche 3: 1997.